AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

ANÁLISE DA EFICÁCIA DE UMA CADEIA PRODUTIVA PELA ATUAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE CAPRINOS E OVINOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ROSANA DE OLIVEIRA PITHAN E SILVA; NELSON PEDRO STAUDT;

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

SÃO PAULO - SP - BRASIL

rpithan@iea.sp.gov.br

PÔSTER

Estrutura, Evolução e Dinâmica dos Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais

ANÁLISE DA EFICÁCIA DE UMA CADEIA PRODUTIVA PELA ATUAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE CAPRINOS E OVINOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Grupo de Pesquisa: Estrutura, Evolução e Dinâmica dos Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais

Resumo: O artigo analisa as Câmaras Setoriais como instrumento viável para obtenção de resultados positivos que contribuam para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva. O estudo do caso da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos do Estado de São Paulo se mostrou oportuno para compreender o processo de agilização organizacional que resultou em respostas favoráveis ao segmento. A análise demonstra que determinadas dinâmicas de governança de apoio ao poder público podem contribuir significativamente na implantação de políticas

benéficas ou mesmo no redirecionamento daquelas que não são específicas às necessidades de um determinado setor. A abordagem teórica da Nova Economia Institucional contribui nesta análise.

Palavras-chave: Câmara Setorial, caprinos, ovinos, políticas públicas.

Abstract: The article analyzes Sectorial Chambers as a viable instrument to obtain positive results that contribute to a productive chain development. The study of the Sectorial Caprines and Ovines Chamber of the State of São Paulo case was opportune to understand the organization process fastening that resulted in favorable replies to the segment. The analysis demonstrate that some governance dynamics of public authority can significantly contribute in implantation of advantageous policies or even to give a new direction for those that are not specific to determined sector necessities The theoretical approach of the New Institutional Economy contributes in the analysis of a productive chain through the Sectorial Chamber.

Key Words: Sectorial Chambers, caprines, ovines, public policies.

1. Introdução

A redefinição do papel do setor público levou à criação de novos mecanismos de articulação entre o Estado e a sociedade, trazendo mudanças a partir da década de 1990. A perspectiva era de modernização e aumento da competitividade dos setores produtivos com a possibilidade de adaptação às alterações ocorridas no mercado internacional, agora globalizado.

Dentro desta nova ótica, houve a necessidade de os grupos privados exercerem um papel mais dinâmico na regulação e busca de soluções para as questões dos diferentes setores, de uma forma sistêmica.

Foi dentro desta nova perspectiva que surgiram as Câmaras Setoriais, que passam a ter o papel de auxiliar o Estado nas resoluções pertinentes a políticas e ao mesmo tempo trazer um espaço para sua própria regulação.

A concepção de Câmaras Setoriais surgiu no Brasil nos anos 80, primeiramente no setor automobilístico. Apenas na década de 1990 foi incorporada ao setor agropecuário.

Em São Paulo foram implantadas inicialmente 15 Câmaras Setoriais, a partir de 1991. Nesta primeira fase tinham um caráter mais reivindicatório, sem planejamento e caráter auto-regulatório.

Numa segunda fase, uma nova gestão de governo recriou-as para tornarem-se um apoio prioritário à formulação de políticas públicas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP), adotando-se o conceito de cadeia produtiva. Nesta época ocorreu a reestruturação da Secretaria que passou a atuar incorporando o conceito de agronegócio.

Estas Câmaras Setoriais, instaladas na SAA-SP, passaram a ter como objetivo principal “apoiar a concepção, a formulação e a execução de políticas públicas voltadas ao

fortalecimento e aumento da competitividade das cadeias produtivas relacionadas aos agronegócios paulistas" (CODEAGRO, 2008).

São compostas por membros que representam as principais cadeias produtivas do Estado de São Paulo, contemplando "os distintos setores públicos e privados interessados na produção dos bens e serviços envolvidos na atividade respectiva" (CODEAGRO, 2008).

Nesta fase foram criadas inicialmente 24 câmaras, após diagnósticos que levantaram a cadeias produtivas agrícolas mais importantes no estado. No decorrer dos anos foram sendo criadas novas câmaras, em função do crescimento de outros setores, que espontaneamente procuram a Secretaria para instalá-las.

No universo de 27 Câmaras Setoriais existentes atualmente, há aquelas que se destacam por ações que têm viabilizado mudanças importantes para a cadeia de produção. Este é o caso da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos que em menos de um ano de funcionamento alcançou um dos principais objetivos propostos, logo no início de sua atuação.

Num breve espaço de tempo conseguiu alterar uma das linhas de financiamento do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), da SAA-SP, que não atendiam às suas necessidades. Esta possibilidade ocorreu devido a dois fatores: a boa organização do setor, que apesar de se destacar apenas recentemente, no Estado de São Paulo, tem conseguido conquistas importantes; e o instrumento da Câmara Setorial, como forma de interferir nas políticas públicas do Estado.

Apesar de seu sucesso, o mesmo não tem ocorrido em todas as cadeias representadas. Muitas delas não têm utilizado este meio para conseguir resultados positivos para melhorar seu desempenho e ganhar competitividade. Outras têm sido mais lentas nos debates e encaminhamento de reivindicações e portanto conseguem menos conquistas.

O destaque do trabalho da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos mostrou a viabilidade deste instrumento como forma de obtenção de resultados positivos que alavanquem o desenvolvimento de uma cadeia produtiva. O estudo deste caso se mostrou oportuno para compreender o processo de encaminhamento da questão e, com isso, mostrar que a organização e o uso de um órgão de apoio dentro da estrutura da SAA-SP, pode contribuir significativamente na implantação de políticas benéficas ou redirecionamento daquelas que não atendem as necessidades de um setor.

2. Papel das Câmaras Setoriais

As Câmaras Setoriais da SAA-SP estão sob coordenação da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO à qual coube lhes dar um destaque dentro da nova visão do papel do Estado, a partir do momento que passa a ter o agronegócio como condutor das ações da Secretaria. Esta forma de trabalho deu às Câmaras a possibilidade de aproximação do debate ao centro do poder e de influência na condução das políticas públicas para os diferentes setores.

Elas são conseqüência da redefinição do papel do setor público, mais preocupado com a modernização e o aumento da competitividade dos setores produtivos. Sua criação na área agrícola, mostrou-se como uma possibilidade de o poder público obter informações de qualidade e atualizadas sobre o desenvolvimento das diferentes cadeias produtivas e dar maior legitimidade às políticas do Estado. (GUANZIROLI, 2007).

Sob a concepção da Nova Economia Institucional (NEI) podemos traçar um perfil de análise que considera que a eficiência de um sistema econômico tem suas limitações e gargalos influenciados pelo conjunto de instituições que regulam o ambiente econômico (FARINA et al, 1997).

Variáveis como política, legislação e as instituições, fazem parte do enfoque macroanalítico do ambiente institucional e a instituição de governança tem um enfoque microanalítico com maior interesse em trabalhar com as organizações da firma e mercado e os contratos (FARINA et al, 1997).

Neste caso nos interessa trabalhar com o primeiro enfoque, já que as Câmaras Setoriais tem uma relação direta com o poder público e depende de políticas, assim como da regulamentação dos setores, que se encontram no ambiente institucional.

Este ambiente institucional se compõe de instituições que são responsáveis pela definição e interferência na cadeia produtiva e são capazes de pressionar os agentes ao longo da cadeia e influenciar, ainda, os seus custos de transação e a forma de comportamento diante das alterações que ocorrem neste ambiente (STADUTO, 2007).

As regras do ambiente institucional são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição (WILLIAMSON, 1996, apud STADUTO, 2007).

Para Staduto et al (2007), as Câmaras Setoriais são organizações que, juntamente com o Estado, buscam em um espaço organizativo mudar o ambiente institucional de forma favorável aos sistemas produtivos a que pertencem. Para isto é preciso que estas tenham como contrapartida a capacidade de influenciar decisões ou concessões políticas para conseguir favores.

As Câmaras Setoriais fazem parte de uma nova política do Estado e existem por sua determinação. Com isto o Governo pode obter informações para elaborar políticas públicas e os agentes da cadeia têm a possibilidade de exercer pressão para obter mudanças e criação de regras que lhes sejam importantes para ser mais competitivos.

Segundo Farina (1999), o Estado, ao definir as regras do jogo, desempenha um papel que tanto pode reforçar como inibir a competitividade das firmas e entende que as políticas corretivas consistem em prover bens públicos ou coletivos; criar regras para o funcionamento de mercados incompletos ou redefinir direitos de propriedade e regulamentar mercados incompletos ou que sofram o exercício do poder de mercado.

Como o governo incorre em falhas, a criação das Câmaras Setoriais pode ser vista como uma forma deste recorrer a possíveis correções, abrindo um canal de consulta direta com a cadeia de produção.

Problemas de coordenação vertical são passíveis de intervenção por meio de política pública. Um exemplo são sistemas inadequados de padronização e classificação que podem levar a custos que possam comprometer os agronegócios. Isto pode ser refeito com o auxílio do setor privado que em parceria com o setor público pode redefinir os padrões e classificações (FARINA, 1999).

Desta maneira, as Câmaras Setoriais podem, em alguns casos, ser uma forma eficiente de se conseguir a alteração das regras do jogo e com isto beneficiar uma cadeia produtiva.

3. Evolução da produção

A partir de 2003 até 2005, é possível observar uma crescente evolução do rebanho de ovinos, ano a ano, o que demonstrava um vigor do setor, sendo o Sudeste o maior responsável por isto. De 2006 a 2007, a produção brasileira, continuou crescendo só que a taxas menores (1,46%), segundo dados estimados do FNP. A região brasileira que apresentou maior evolução, foi a Norte (5,96%), Centro-Oeste (5,16%) e Sudeste (4,24%) (Tabela 1). Em 2006, o Brasil alcançou 16.068 mil cabeças, uma evolução de 10,29% comparando os anos 1997 e 2007 (Tabela 2).

Tabela 1 - Taxa de crescimento do rebanho de ovinos por região e no Brasil, 1998-2007

Regiões	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	4,76	4,98	5,88	3,09	-1,05	10,05	5,18	11,55	5,87	5,96
Nordeste	-2,71	5,23	5,80	3,84	-0,60	2,76	5,82	4,56	2,94	2,97
Sudeste	3,63	0,87	-0,67	8,92	5,85	7,90	10,18	11,63	4,21	4,24
Sul	1,43	-4,61	-1,42	9,35	-7,15	-1,38	-2,31	-1,40	-3,67	-3,65
Centro-Oeste	2,23	2,92	3,10	4,19	4,18	6,23	7,14	9,37	5,08	5,16
BRASIL	-1,82	0,92	2,67	-0,98	-2,46	1,95	3,45	3,52	1,33	1,46

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

Entre os anos de 1997 e 2007, a evolução do rebanho foi mais expressiva na Região Norte, com o maior percentual de crescimento do rebanho (72,08%), em relação às outras regiões. Neste mesmo período o Centro-Oeste também observou um crescimento, no entanto, inferior (61,96%), enquanto a Região Sudeste apresentou expansão de 59,17% (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução do rebanho de ovinos por região e Brasil, 1997 e 2007

Regiões	1997(A)	2007(B)	B/A %
Norte	340.265	585.529	72,08
Nordeste	7.166.639	9.655.679	34,73
Sudeste	414.199	659.287	59,17
Sul	6.008.025	4.132.211	-31,22
Centro-Oeste	639.617	1.035.914	61,96
BRASIL	14.568.745	16.068.620	10,29

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

Na região Sudeste os principais rebanhos se concentram nos Estados de São Paulo e Minas Gerais e na Região Centro-Oeste nos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. No Nordeste os principais estados produtores são Bahia, Ceará, Piauí e Pernambuco (ANUALPEC 2007).

Em São Paulo, o rebanho teve um crescimento, entre 1997 e 2007, de 53,78%, resultado dos investimentos na produção nos últimos anos (Tabela 3). Apesar deste crescimento, o estado ainda tem pouca representatividade nacional. Este incremento ocorreu devido a escassez desta carne no mercado, visto que a produção paulista atende apenas 10% da demanda do produto, havendo necessidade de importação de outros estados, como Rio Grande do Sul e de outros países.

Tabela 3 - Evolução do rebanho de ovinos, Estado de São Paulo, 1997 e 2007

Ano	1997	2007	B/A%
	239.361	368.088	53,78

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

A carne de ovinos tem tido uma crescente participação sócio-econômica no estado. A facilidade de sua criação e o aumento do mercado, que tem boa aceitação para cortes especiais, tem sido uns dos aspectos positivos para a ampliação da produção.

A grande diferença dos rebanhos das regiões é em relação a qualidade e padronização. No Nordeste, uma tradicional região de criação de ovinos, a carne é principalmente para consumo e não tem padrão na produção. Na Região Sul o produto é de qualidade superior para atender um público consumidor mais exigente, diferente do nordestino. Já as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, estão ampliando seu rebanho, e têm investindo em um produto de melhor qualidade.

A produção brasileira de caprinos é maior nos estados do Nordeste, que representavam, em 2007, 92,55% do rebanho nacional. Ela está concentrada na Bahia, Pernambuco e Piauí. Em segundo e terceiro lugar estão o Sudeste e o Sul com participação de 2,44% e 2,34%, respectivamente. No Sudeste o principal rebanho está em Minas Gerais e São Paulo, mas comparativamente ao Nordeste esta região tem um rebanho inexpressivo.

O enfoque da produção de caprinos é para a produção leite e de queijos, sendo que no primeiro caso o consumo é relativamente baixo, mais voltado para pessoas alérgicas ao leite de vaca. Assim a agregação de valor se dá com a produção de queijos para um público diferenciado, de paladar mais exigente e esta é a característica mais forte neste setor.

A caprinocultura leiteira tem apresentado evolução no aumento da escala e abastecimento do mercado local, em São Paulo, assim como em todos os estados da Região Sudeste do Brasil. No estado paulista o rebanho é basicamente para leite, mas há um trabalho da CAPRIPAULO para incentivar o consumo da carne.

Observando-se o crescimento do rebanho, é possível observar que há uma evolução uniforme nas regiões do país, com pequena superioridade da Região Centro-Oeste entre os anos de 2006 e 2007 (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa de crescimento do rebanho de caprinos por região e Brasil, 1998 – 2007

Regiões	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	3,54	9,71	9,35	3,10	-1,56	2,74	5,83	4,13	5,27	5,23
Nordeste	2,40	5,74	8,83	1,91	-1,32	1,31	4,78	2,27	4,00	4,07
Sudeste	3,26	2,58	-0,09	3,22	-0,06	7,34	5,01	6,20	4,05	4,08

Sul	2,94	1,51	-0,25	2,91	4,01	5,76	6,68	10,60	3,66	3,67
Centro-Oeste	3,28	4,90	5,00	8,68	4,66	7,56	6,06	3,90	6,02	6,09
BRASIL	2,46	5,62	8,39	2,04	-1,14	1,62	4,86	2,59	4,04	4,10

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

Considerando a evolução do rebanho entre os anos de 1997 e 2007, a Região Centro-Oeste se destaca (72,49%). A Região Norte vem em segundo lugar com um crescimento de 58,18 % e em terceiro a região Sul (49,62%). As outras tiveram crescimento mais padronizado entre si. (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução do rebanho de caprinos por região e Brasil, 1997 e 2007

Regiões	1997	2007	B/A%
Norte	108.385	171.438	58,18
Nordeste	7.417.960	10.329.658	39,25
Sudeste	192.951	273.043	41,51
Sul	174.342	260.844	49,62
Centro-Oeste	74.531	128.562	72,49
BRASIL	7.968.169	11.163.545	40,10

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

Pode-se conferir na Tabela 6, que no Estado de São Paulo o crescimento do rebanho, comparando os anos de 1997 e 2007 foram inexpressivos (1,03%), mas considerando-se que entre 1999 e 2002, foi observada queda no número de cabeças, e que o efetivo passou de 69.621 em 2002, ano que apresentou o menor número de cabeças desde 1997, para 77.859, em 2007, a recuperação chega a 18,32%.

Tabela 6 – Evolução de rebanho de caprinos, Estado de São Paulo, 1997 e 2007

Ano	1997	2007	B/A%
	75.517	77.859	1,03

Fonte: Instituto FNP, ANUALPEC 2007

4. A Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos

A história da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos é recente. Começa apenas em 2006, quando duas associações de produtores, a Associação Paulista de Criadores de Caprinos (CAPRIPAULO) e a Associação Paulista de Criadores de Ovinos (ASPACO) solicitaram à SAA-SP a criação de uma Câmara Setorial para o setor.

O pleito se embasava principalmente no crescimento destes dois setores pecuários no Estado de São Paulo, que ansiavam contar com uma estrutura consolidada de cadeia produtiva. Neste sentido, as lideranças, se valendo da experiência de outras Câmaras, vislumbraram nesse tipo de organização um caminho para apoiar a transição da caprinocultura e ovinocultura primária para uma cadeia completa e madura.

A organização dos produtores tem se mostrado como a melhor forma de alcançar resultados práticos para a evolução da produção. Ela possibilita ganhos financeiros através de compras coletivas de insumos, acesso a créditos e melhores negociações de preços, além de ser um canal de mobilização para reivindicar políticas públicas (SILVA, 2007).

Em São Paulo a Associação Paulista de Criadores de Ovinos – ASPACO tem ganhado força com a implantação de Núcleos Regionais, formados por grupos de criadores organizados com o intuito de unir esforços para desenvolver a ovinocultura regional, Este instrumento possibilita compras conjuntas de insumos, melhora da estrutura da produção e comercialização da carne ovina assim como possibilita a padronização, qualidade e escala de abate. A associação aderiu ainda ao Programa de Melhoramento Genético da raça Santa Inês para evolução dos rebanhos ovinos (SILVA, 2007).

No caso da CAPRIPAULO, seu trabalho esteve, por muito tempo baseado quase que exclusivamente na atividade leiteira, devido ao fato de ter seu crescimento relacionado principalmente aos consumidores alérgicos ao leite de vaca. Para alterar esta visão, mais recentemente a associação voltou seu trabalho para a mudança da imagem de leite de cabra como "remédio" para a de um "alimento funcional".

Atualmente tem como orientação o desenvolvimento da caprinocultura de leite e de corte. Para isto contou com o incentivo da criação de uma legislação que dispõe sobre a "Produção Artesanal de Leite de Cabras e Derivados", o que possibilitou a diminuição da clandestinidade do produto.

No caso da carne de caprinos, atua no sentido de estimular e melhorar a organização do setor para promover um maior desenvolvimento da produção, através de atuação conjunta com a Associação Paulista de Criadores de Caprinos Bôer, o que tem estimulado a caprinocultura de corte paulista nos últimos anos.

A instalação da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos, no Estado de São Paulo representou um grande avanço para esta cadeia produtiva paulista, pois consolidou o trabalho das duas associações, e se mostrou um espaço eficaz onde estão reunidos todos os elos das duas cadeias produtivas, para levantar e debater assuntos que estimulem o desenvolvimento do segmento e ao mesmo tempo propor políticas públicas para o Estado, através de sugestões à SAA-SP.

Em novembro de 2006, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a criação da Câmara Setorial Especial de Caprinos e Ovinos.

Nas primeiras reuniões foram traçados os objetivos e as prioridades para o atendimento das inúmeras demandas apresentadas pelos seus membros. As preocupações se voltaram para a melhoria da produção e investimentos em sanidade como forma de viabilizar a exportação do produto. O principal objetivo identificado pela Câmara foi a necessidade de modernizar os elos da cadeia de produção para conseguir uma exploração mais eficiente e competitiva.

Outros pontos foram levantados. De acordo com a ASPACO, ainda existem desafios que devem ser superados ou aprimorados pela cadeia produtiva, como a falta de informação sistematizada sobre o setor; acesso à diagnósticos, insumos e assistência técnica especializada; cadastro de criadores; programas sanitários específicos; crédito compatível; desarticulação da cadeia; tecnologias adequadas (genética e manejo sanitário); sazonalidade da produção e qualidade dos produtos.

Para demonstrar de forma didática a dinâmica desta organização, vamos restringir o trabalho a uma das questões prioritárias, que teve o maior interesse dos produtores, ou seja, aquela que levantou a necessidade de reformulação do crédito rural, mais especificamente a linha oferecida pelo Governo do Estado e que tinha como intenção alcançar um dos objetivos desta câmara que era modernizar os elos da cadeia, neste caso do setor produtivo.

Era do conhecimento do setor a existência do FEAP-BANAGRO (Fundo de Expansão do Agronegócio - Banco do Agronegócio Paulista) como órgão responsável pelo crédito rural na SAA-SP, e mais especificamente, das linhas de financiamento que contemplavam a caprinocultura e ovinocultura.

No entanto estas não atendiam as necessidades dos produtores e para contornar a situação, a Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos entendeu que deveria investir em estudos para propor alterações nestas linhas de crédito. Assim formou um grupo de trabalho para levantar os problemas destas linhas e propor mudanças que realmente pudessem atender as necessidades dos produtores.

5. Demanda e resultados

A Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos optou por focar inicialmente seu trabalho em apenas uma demanda: as linhas de financiamento do FEAP-BANAGRO, da SAA-SP. Os pontos cruciais se referiam ao limite de renda do produtor, a ampliação de beneficiários, o teto de financiamento e o prazo de pagamento.

A linha de crédito do FEAP/BANAGRO não atendia as necessidades do setor, pois era para aquisição de matrizes e melhoria da infra-estrutura para agricultores familiares com até 500 cabeças. O financiamento era de até R$ 50.000,00, sendo R$ 40.000,00 para matrizes e R$ 10.000,00 para benfeitorias, com prazo de pagamento de cinco anos, carência de dois anos e taxas de juros de 4% ao ano[1].

Na primeira fase, após sua implantação (de 1998 a julho de 2007) o FEAP atingiu 997 contratos com criadores de ovinos e caprinos que utilizaram o recurso de R$ 18,2 milhões com destaque para os ovinos que atingiram 645 criadores (64,7%) e usaram R$ 14,8 milhões (81,3%).

Para melhorar este tipo de crédito, a Câmara Setorial propôs que, em relação aos beneficiários, o financiamento representasse no mínimo 50% do total da renda bruta anual agropecuária exigida (de até R$ 215.000,00), já que os produtores estão iniciando os investimentos, e que fosse financiado também a aquisição de reprodutores. O pedido de 50% se deu em função de a atividade (principalmente a caprinocultura), segundo os proponentes, ainda ser inicial e os proprietários por enquanto não sobreviverem exclusivamente dela e dependerem do exercício de outras profissões para se manter.

Sugeria-se ainda que a categoria “agricultores familiares com até 500 cabeças” fosse alterada para ”agricultores familiares e produtores rurais, sem limite de rebanho” e que o teto passasse para R$ 100.000,00, conforme projeto técnico, sem prévia segmentação, como era previsto.

Estas linhas não atendiam de forma adequada os dois setores e, para tanto, a Câmara Setorial se propôs a estudar uma readequação da linha e apresentá-la à SAA-SP. O processo

[1] Dados obtidos no site da SAA-SP disponível em: www.agricultura.sp.gov.br

de iniciou em maio de 2007, com a apresentação da primeira proposta que foi debatida em reunião da Câmara Setorial. Em agosto, do mesmo ano, era publicado no Diário Oficial do Estado as novas linha de financiamento, contemplando a demanda dos dois setores da pecuária paulista.

Para melhor entendimento da evolução deste modelo positivo de atuação de uma Câmara Setorial, segue um quadro com a seqüência cronológica dos encaminhamentos citados acima.

QUADRO 1- Cronologia das ações da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2006-2007

22/08/2006	Carta do Presidente da ASPACO – Associação Paulista de Criadores de Ovinos, solicitando para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA, através da CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios a criação de uma Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos.
21/09/2006	Reunião das cadeias produtivas de caprinos e ovinos com o intuito de demonstrar real interesse em ter participar de uma Câmara Setorial.
26/10/2006	Reunião das cadeias produtivas de caprinos e ovinos, para solicitação formal e referendo por meio de abaixo assinado, visando a criação da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos.
28/07/2006	Abertura de Processo SAA Nº 5610/06 para criação da Câmara Setorial.
08/12/2006	Instalação da Câmara Setorial Especial de Caprinos e Ovinos, através de Resolução SAA Nº 53 de 11/12/2006 publicada no Diário Oficial dia 12/12/2006.
14/02/2007	1ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial – Apresentação do pré-estudo para alterar as linhas de financiamento do FEAP/BANAGRO.
17/05/2007	2ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial – Apresentação da Proposta para as Linhas de Financiamento e formação de um Grupo de Estudos.
20/06/2007	3ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial – Apresentação da Proposta Final das Linhas de Financiamento pelo Grupo de Estudos.
25/06/2007	Reunião do Grupo de Estudos Ampliado com a participação do Gabinete da SAA/FEAP, Gabinete da SAA/AssessoriaTécnica, Apta Regional /Itapetininga (Agência Paulista de Tecnologias dos Agronegócios), Coordenadoria de Defesa Agropecuária, Instituto de Economia Agrícola e Instituto Biológico.
12/07/2007	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do FEAP/BANAGRO – Apresentação e Aprovação dos Projetos de Financiamento de Caprinos e Ovinos.
01/08/2007	Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo as deliberações do Conselho, oficializando as novas linhas de Financiamento de Caprinos e Ovinos.

Fonte: CODEAGRO/SAA-SP Atas das Reuniões da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos.

As mudanças publicadas englobaram praticamente todas as sugestões demandadas. Atendeu o teto para R$ 100.000 por produtor para aquisição de matrizes, reprodutores e

melhoria da infra-estrutura, de acordo com o projeto técnico; ampliou o prazo de pagamento para até 7 anos, incluindo carência de dois anos; modificou o cronograma de reembolso que antes era de três parcelas anuais e após a carência ficou em até cinco parcelas e incluiu a Região Litorânea e do Vale do Ribeira, que antes estavam excluídas do benefício, abrangendo assim todo o Estado de São Paulo.

O único ponto que não foi atendido diz respeito à renda bruta anual exigida. A justificativa do Conselho Deliberativo do FEAP-BANAGRO foi que o uso do limite mínimo de 80% de renda bruta advinda da agropecuária, é uma regra geral adotada para todas as linhas e este é um dispositivo que define claramente a quem se destinam os recursos deste fundo.

As alterações resultaram de imediato no atendimento, em curto espaço de tempo, de 152 produtores somando um total de recursos da ordem de R$ 7,8 milhões. Isto representa 89,4% de atendimento de produtores de ovinos com 92,8% de recursos do fundo, refletindo a posição de destaque deste segmento em relação ao de caprinos, em São Paulo.

Este valor, alcançado em apenas 8 meses, representa 42,8% do total de recursos financiados desde o início destas linhas de crédito, demonstrando claramente o acerto das alterações propostas pela Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos.

O desempenho desta cadeia produtiva, teve o mérito de ter o apoio geral dos membros da Câmara Setorial, contando ainda com ampla participação dos frigoríficos. Demonstrou que a existência de interesses convergentes e a visualização de ganhos por toda cadeia, tornam fácil a proposição de medidas que auxiliem no desenvolvimento do setor, isto mesmo tendo em conta que esta é uma cadeia que esta se estruturando e que se considera desarticulada.

Além disto, mostrou que a existência de um enfoque em um tema auxilia na agilização do encaminhamento e desenvolvimento de propostas e no debate com o setor público.

As mudanças no crédito possibilitarão a expansão da produção e isto já pode ser comprovado com o número de financiamentos ocorridos desde as mudanças em agosto de 2007.

A obtenção de um resultado positivo nesta câmara, incentivou outras a seguirem o mesmo caminho e reivindicarem mudanças nas linhas de crédito do FEAP-BANAGRO. Este é o caso das Câmaras Setoriais de Frutas; Flores e Plantas Ornamentais e Lazer e Turismo no Meio Rural que também obtiveram sucesso no atendimento de suas demandas.

Analisando os fatos sob a concepção da NEI, fica claro que as Câmaras Setoriais atuam de forma a alterar as regras do jogo, ou seja, sua função de apoiar a concepção de políticas públicas é exercida na medida que estas conseguem demonstrar erros estratégicos que a partir do momento em que são corrigidos atuam no sentido de impulsionar a competitividade de um setor.

A interferência da cadeia produtiva é uma forma de pressão que, se exercida corretamente, consegue modificar o ambiente institucional de maneira a favorecer o desenvolvimento das atividades econômicas. Apesar de o modelo em questão ter se mostrado positivo, o que demonstra que a eficiência da organização do sistema agroindustrial e a estabilidade do mercado podem intervir positivamente no atendimento das demandas, não se pode ter como certo que problemas estruturais da cadeia de produção não interfiram na objetividade da discussão e do encaminhamento de questões.

Um segmento mais organizado tem maiores condições de conseguir alterar as regras do jogo. Ou seja, ações setoriais que acontecem de forma coordenada e convergente com os

vários agentes da cadeia produtiva podem influenciar os órgãos competentes pela política pública, com o objetivo de ajustarem as condições institucionais para que estas cadeias produtivas possam melhorar seus resultados (STADUTO, 2007). No caso da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos apesar de a organização estar num estágio inicial, ela tem se caracterizado por uma dinâmica que tem favorecido positivamente seu desenvolvimento e o encaminhamento de demandas.

A agilidade do encaminhamento e da obtenção de respostas levou a rápidas mudanças que conseguirão resultados positivos de aumento da produção, pois a melhora das condições de financiamento, funcionou como um incremento que estava faltando para superar entraves para o desenvolvimento da produção estadual de caprinos e ovinos. Além disto, está ocorrendo investimentos em melhoramento genético de ovinos, a tendência é melhorar o rebanho com a aquisição de boas matrizes e reprodutores e assim ganhar mais competitividade no mercado, com carne de qualidade superior.

Em São Paulo há um mercado que nem sempre tem sido atendido satisfatoriamente, pois a carne produzida no estado é melhor que a importada de outros países, principalmente do Uruguai, que exporta os descartes de sua produção para o Brasil. Atualmente cerca de 60% da carne vendida em São Paulo é proveniente do Uruguai.

Como o consumo ainda é restrito e só agora o consumidor passa a ter condições de conhecer melhor o produto e exigir qualidade, esta ainda não tem peso significativo na escolha e por isto a carne importada ainda é aceita.

O crescimento da demanda acompanhada da produção, que agora conta com linhas de financiamento do Estado, mais adequadas às necessidades do setor produtivo, deve possibilitar a continuidade da expansão da produção o que pode, a médio ou longo prazo, interferir nas importações e abrir mercados externos. A modernização deste setor é o primeiro passo para se conseguir uma exploração mais eficiente e competitiva da cadeia produtiva, como é o interesse da câmara.

6. Considerações finais

O estudo do caso da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos se mostrou oportuno, pois o alcance de rápidos resultados positivos foram conseqüência da escolha eficiente de um tema, resultado do breve debate e encaminhamento da questão. A objetividade da ação levou a mudanças importantes nas linhas de crédito do FEAP-BANAGRO para caprinos e ovinos. A organização do segmento e o uso de um órgão de apoio, dentro da estrutura da SAA-SP, pode contribuir significativamente na implantação de políticas benéficas para o setor.

O ambiente institucional propício, em que se enquadram as Câmaras Setoriais da SAA-SP, e a boa organização de um sistema agroindustrial mostraram que esta forma representativa é favorável ao debate dos interesses privados e podem ser eficientes na medida em que possam atuar na busca de maior eficácia das políticas setoriais.

A necessidade da alteração de regras pré-estabelecidas mostra que as câmaras auxiliam no direcionamento ou redirecionamento das políticas públicas do setor. Isto, segundo Staduto (2007), reduz consideravelmente a assimetria de informações entre o Estado e a cadeia produtiva.

A principal ação da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos foi no sentido de alterar as regras de financiamento propostas pela SAA-SP, que não atendiam as necessidades dos

produtores. Neste caso, o Estado ao definir as regras do jogo levou a uma inibição da competitividade, já que limitava o acesso ao crédito, não considerando as características da produção estadual.

O desempenho desta câmara foi fundamental para rápido atendimento de sua demanda. Contribuiu para isto a facilidade desta em levantar e priorizar temas que contribuíssem favoravelmente para melhorar a competitividade do setor. Uma das possibilidades disto ter acontecido é a facilidade de toda a cadeia em observar seus problemas e visualizar que disputas internas apenas enfraquecem o setor.

Pode-se concluir que apenas a disponibilidade de um ambiente institucional não garante o sucesso das Câmaras Setoriais. É necessário que haja uma boa articulação que envolva todos os seus membros e que o consenso seja obtido como conseqüência da visão de cadeia, o que representa dizer que a união contribui para o estabelecimento de objetivos e o alcance de metas.

A viabilidade de alterações das regras do jogo, como ocorreu com a Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos, mostra que o uso deste instrumento é um meio eficiente de melhorar políticas públicas, que muitas vezes são elaboradas sem consulta aos interessados. Assim as câmaras podem funcionar de forma a corrigir distorções, assim como ser propositora de medidas que possam ser incorporadas ao Estado como parte de suas políticas.

Esta dinâmica de governança de apoio ao poder público, pode contribuir significativamente na implantação de políticas benéficas ou mesmo na revisão daquelas que não são específicas às necessidades de um determinado setor, contribuindo para que os recursos públicos sejam empregados de forma a trazer retorno para o desenvolvimento do Estado com a geração de empregos, melhor distribuição de renda e crescimento econômico.

Referências Bibliográficas

CUNHA, E.A.; Programa de Consolidação da Ovinocultura no Estado de São Paulo – 2008-2013. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. 2008. 69 p.

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS -CODEAGRO. Câmaras Setoriais. Disponível em: http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/camaras.php. Acesso em: 05 mar. 2008.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Gabinete do Secretário. Deliberação CO – 18, de 12-7-2007. Aprova alterações para o Projeto Ovinocultura. **Diário Oficial** (Poder Executivo), São Paulo, 1 ago 2007. p.14.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Gabinete do Secretário. Deliberação CO – 19, de 12-7-2007. Aprova alterações para o Projeto Ovinocultura. **Diário Oficial** (Poder Executivo), São Paulo, 1 ago 2007. p.14.

FARINA, E.M.M.Q.; Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 6, n.3, dez. 1999, p.147-161.

GUANZIROLI, C. E. et al; Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina, Anais Sober "Conhecimentos para a Agricultura do Futuro" CD-ROM.

REBANHO ovino no Brasil. In: ANUÁRIO DA PECUÁRIA – ANUALPEC 2007. São Paulo: AGRA FNP Pesquisas Ltda, 2007 p. 282.

REBANHO caprino no Brasil. In: ANUÁRIO DA PECUÁRIA – ANUALPEC 2007. São Paulo: AGRA FNP Pesquisas Ltda, 2007 p. 283.

SILVA, L.C.S.; Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas. Boletim Técnico: MS: 01/05 em 21/04/2005. Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento de Engenharia Rural. Disponível em: www.agais.com/ms0105.pdf. Acesso em : 03 Mar. 2008.

SILVA, R.O.P; Câmara Setorial beneficia criação de ovinos em São Paulo, AgroValor, ano II, n. 16, Fortaleza, 2007, p. 4.

STADUTO, J.A.R. et al; As Câmaras Setoriais do Agronegócio Brasileiro. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina, Anais .... CD-ROM.